

UM CORPO EDUCADO PARA MORRER: TRAJETÓRIAS DE UM CORPO ENEGRECIDO NO ENSINO SUPERIOR

Wheber Mendes dos Santos¹

GT6 - Educação, Inclusão, Gênero e Diversidade

RESUMO

O ambiente universitário desempenha um papel fundamental na perpetuação das hierarquias sociais, onde o fenômeno do epistemicídio emerge como uma forma de violência que nega não apenas o conhecimento produzido por grupos marginalizados, mas também precariza a produção de subjetividades dissidentes. Este estudo investiga como as dinâmicas de poder na academia excluem saberes dissidentes, especialmente os produzidos por pessoas negras, em um contexto onde a busca pela equidade é urgente. A análise de caso revela como o poder e o conhecimento estão entrelaçados, com a marginalização de saberes dissidentes sendo uma estratégia de manutenção do status quo. O epistemicídio, uma forma de violência epistêmica, não só nega o conhecimento negro, mas também desumaniza esses sujeitos, perpetuando um ciclo de exclusão e opressão em todas as esferas da vida social.

Palavras-chave: epistemicídio. precarização. subjetividade.

ABSTRACT

The university environment plays a fundamental role in perpetuating social hierarchies, where the phenomenon of epistemicide emerges as a form of violence that not only denies the knowledge produced by marginalized groups but also undermines the production of dissenting subjectivities. This study investigates how power dynamics in academia exclude dissenting knowledges, especially those produced by Black individuals, in a context where the pursuit of equity is urgent. Case analysis reveals how power and knowledge are intertwined, with the marginalization of dissenting knowledges being a strategy to maintain the status quo. Epistemicide, a form of epistemic violence, not only negates Black knowledge but also dehumanizes these individuals, perpetuating a cycle of exclusion and oppression across all spheres of social life.

Keywords: epistemicide. precarization. subjectivity.

¹ Wheber Mendes dos Santos. Psicanalista, Mestrando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS) na linha de Sociedade, Subjetividades e Pensamento Educacional. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Historiador e Professor de História pela Universidade Estadual de Alagoas (Uneal), é membro dos grupos Balbucios: Gaguejar uma Infância? (UFS) e Grupo de Estudos e Pesquisas Educacionais (GEPE-UNEAL) ORCID: 0000-0003-1495-4641. E-mail: whebeer@gmail.com

INTRODUÇÃO

A universidade, como instituição de produção e disseminação do conhecimento, desempenha um papel central na estruturação das relações de poder e na perpetuação das hierarquias sociais. Este texto propõe investigar criticamente o fenômeno do epistemicídio dentro do contexto universitário, destacando sua natureza como uma forma de violência que não apenas nega o conhecimento produzido por grupos marginalizados, mas também desumaniza e desvaloriza suas identidades.

Para este estudo reside na necessidade premente de compreendermos como as dinâmicas de poder e saber na academia contribuem para a exclusão e marginalização de saberes dissidentes, particularmente aqueles produzidos por pessoas negras. Este é um tema de extrema relevância em um contexto onde a busca pela equidade e justiça social é cada vez mais urgente.

Propomos pensar para essa pesquisa de que maneira o epistemicídio se manifesta dentro do ambiente universitário, e quais são suas implicações para a construção da subjetividade e identidade de sujeitos marginalizados, especialmente pessoas negras?

Para abordar essa questão, este texto se baseia em uma análise psicanalítica de uma entrevista coletada através da História Oral, onde apresentam-se as memórias de Francisco a respeito de seu processo de experimentação na universidade. A analítica das fontes nesta pesquisa está em consonância com a concepção de fonte de Le Goff (1996) buscando entender as condições de conservação e formação da fonte histórica, entendendo como esta se forma discursivamente. Porém, radicalizamos essa proposta com a genealogia foucaultiana, “contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituições e ao funcionamento de um discurso científico” (FOUCAULT, 2005) compreendendo de que forma estes discursos estão hierarquicamente posicionados.

Metodologicamente, esta pesquisa busca mapear as influências do epistemicídio na constituição de sujeitos/as/es pretos/as/es, centrando nas suas experiências cotidianas com sua trajetória educacional, sobretudo no ensino superior. Para o entendimento das relações entre sujeito, poder e processos de subjetivação propomos uma articulação entre Genealogia presentes nos escritos de Foucault (2020) e Carneiro (2005).

As concepções de Delgado (2003) sobre a História Oral como uma possibilidade surge em nossas pesquisas como um campo privilegiado, pois esta considera as implicações políticas do processo de fala e do corpo na construção de narrativas. Com essa finalidade, utilizaremos

como panorama da realização do procedimento, a perspectiva do sujeito, utilizada pela psicanalista Grada Kilomba(2020) para entender a forma como sujeitos, imersos no cotidiano, táticas de sobrevivência ao epistemicídio.

A Psicanálise fornece as bases necessárias para a composição da escuta na História Oral. A associação livre em Freud (1996), bem como a utilização do discurso como ferramenta de análise dos processos de implicação da constituição inconsciente do enunciado durante a fala, nos oferece possibilidades de análise dos discursos presentes no ato de fala durante o processo de rememoração.

Ao longo deste texto, será explorado como o poder e o conhecimento estão intrinsecamente entrelaçados, como a marginalização de saberes dissidentes é uma estratégia de manutenção do status quo, e como isso se reflete na construção da subjetividade e identidade de sujeitos como Francisco, cuja trajetória nos permite compreender as complexidades e desafios enfrentados por aqueles que ousam resistir às forças opressivas que permeiam a academia.

EDUCAÇÃO E CIVILIZAÇÃO DO CORPO NEGRO

A universidade é um espaço hegemônico de produção de conhecimento que se estrutura sob uma lógica racionalista de universalização do saber, construindo-o enquanto verdade universal, realocando saberes divergentes à margem da razão ocidental. Essa abordagem incute-se na invalidação de saberes distintos da razão ocidental. De acordo com Muniz Podré (2005), a atitude de universalizar ocasiona uma homogeneização da diferença. Como resultado, as universidades têm um papel importante na disseminação de conhecimento baseado em uma experiência de mundo homogênea, que geralmente é branca, cis-heterossexual e elitista.

O conhecimento não é algo objetivo e neutro, mas é produzido e moldado pelas relações de poder existentes na sociedade. Para Foucault (1989), o poder e o saber estão intimamente ligados, com o conhecimento sendo utilizado para perpetuar as estruturas de poder existentes e, ao mesmo tempo, sendo moldado por elas. Em outras palavras, há uma relação mútua entre a manutenção das relações de poder e a elaboração do conhecimento: “[...] poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder.” (FOUCAULT, 1989, p. 27)

O ato de concentrar saberes epistemologicamente dominantes para explicar a diferença, desqualificando sujeitos dissidentes e a sua produção sobre si, a partir dos seus saberes, pode ser sintetizado no conceito de epistemicídio. Em “a construção do outro como não ser, com fundamento no ser”, Carneiro (2005) se apropria do conceito criado por Boaventura de Santos Souza, para se referir a destruição de alguns sujeitos, formas de saber e a inferiorização de outros dentro do processo de constituição de saberes hegemônicos eurocêtricos. Esse processo está intimamente ligado à lógica de dominação colonial, onde o desejo de apagar a saber do outro para que o colonizador construa esse saber (CARNEIRO, 2005).

Para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Para ela, o Epistemicídio vai para além de uma relação de anulação de produções científicas, mas é uma forma de violência que se dá dentro das disputas no campo do saber, que restringe sujeitos pretos a participarem da produção do conhecimento. Além disso, Foucault (1989) explora como o conhecimento e o poder estão interconectados, argumentando que o saber é usado para legitimar o poder e que o poder é usado para produzir e controlar o saber. A ciência, nesse sentido, não é neutra e explicita as posições de quem deve, ou não falar, e quais as formas de fala, através dos processos de validação.

Dentro desses processos, há um critério muito específico: para ser considerado válido, portanto, aceito, é necessário que o discurso se embebede em uma série de saberes que são constituídos como verdade racional estruturando-se sob uma série epistêmica já estabelecida (LYOTARD, 2002). Essa série é uma conservação de relações de poder e saber que circulam no ambiente científico, hegemonicamente branco.

No cerne das ciências está um projeto muito bem delimitado e bem sucedido: o de manter esse homem em uma posição dominante, no status quo, precarizando uma série de saberes que ameaçam a sua posição discursiva. Essa lógica, incute na subdeterminação e extermínio de saberes, identidades e sujeitos dissidentes no processo construção do saberes de forma institucional: O homem branco europeu profere seus discursos a partir de si, criando uma série

de saberes que carregam consigo um efeito de verdade sobre o Outro (KILOMBA, 2019), estando racialmente centrado no homem branco como o único autorizado a falar (FANON, 2008).

A academia tem sido pensada como um ambiente que invalida, silencia e precariza a vivência de sujeitos pretos: [...] é um espaço branco onde o privilégio de fala tem sido negado a pessoas negras” (KILOMBA, 2019). Isso faz parte de um conjunto de intervenções que se encontram presentes em uma tentativa de formatar um imaginário social que inferioriza o negro e o situa em uma posição de irracionalidade, compondo o que Carneiro (2023) chamou de dispositivo de racialidade, que se funda em um contexto biopolítico.

“Biopolítica” é um termo que foi cunhado por Michel Foucault (2020) e se refere ao uso do poder estatal para controlar a vida dos cidadãos, por medidas de intervenção e gestão da vida, encerrando a mortes espetaculares do suplício, e atuando, dessa maneira, na subjetividade, disciplinando, adequando e homogeneizando. Essa gestão da vida seleciona através de intervenções aqueles que devem viver (os que se encontram dentro do status quo), e os que devem morrer (aqueles que desafiam a dinâmica de conservação do status quo).

No caso do Dispositivo da Racialidade (CARNEIRO, 2023), que é uma forma que, segundo carneiro, corresponde a um exercício da biopolítica, é fundamentado a partir do mito da democracia racial e do contrato racial

O conceito de "contrato racial", proposto por Charles Mills (2023), oferece uma estrutura analítica para compreender as dinâmicas de poder e as relações sociais entre grupos raciais na sociedade contemporânea. Ele argumenta que as sociedades modernas são fundamentadas em um contrato racial implícito que privilegia os brancos em detrimento das pessoas de cor. Ele sugere que, assim como o contrato social tradicionalmente discutido por filósofos políticos como Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, existe um contrato racial subjacente que molda as estruturas sociais e políticas das sociedades contemporâneas. No entanto, ao contrário do contrato social, que é idealizado como um acordo entre indivíduos livres e iguais para formar uma sociedade civil, o contrato racial é um pacto injusto que beneficia os brancos às custas dos não brancos.

O contrato racial estabelece uma série de privilégios e vantagens para os brancos, enquanto marginaliza e oprime as pessoas de cor. Esse contrato opera em níveis individuais e institucionais, moldando não apenas as interações cotidianas entre os diferentes grupos raciais, mas também as estruturas de poder e as políticas públicas. Ele argumenta que o contrato racial é

tão fundamental para a organização da sociedade quanto o contrato social, mas é frequentemente ignorado ou negligenciado nas discussões políticas e filosóficas.

Para Carneiro (2023), esse contrato racial se estrutura em cima do mito da democracia racial. A ideia de democracia racial é uma ilusão que serve para legitimar o racismo estrutural e a exclusão social enfrentada pela população negra no Brasil. Nascimento (2021) argumenta que a noção de uma sociedade racialmente harmônica é uma fantasia criada para perpetuar o mito da democracia racial e ocultar as verdadeiras experiências de racismo e discriminação enfrentadas pelos negros no país.

Além disso, Beatriz Nascimento (2021) critica a ideia de que a miscigenação racial no Brasil elimina o racismo, argumentando que, na realidade, ela muitas vezes serve para perpetuar estereótipos racistas e a hierarquia racial. Ela enfatiza a importância de reconhecer e confrontar o racismo sistêmico no Brasil, e de trabalhar para promover a igualdade racial e a justiça social.

Podemos falar em um pacto de viventes para continuar usurpando se seus privilégios: “Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma que reagimos a ele.”(BENTO, 2022, p.18) Esse pacto se dá por interesses grupais que não são verbalizados mas que conservam a forma de funcionamento social, é uma forma de influência do biopoder nas dinâmicas raciais brasileiras.

SUBJETIVIDADE E EPISTEMICÍDIO

O epistemicídio, como uma forma de violência epistêmica, vai além da simples negação do conhecimento produzido por pessoas negras; ele está intrinsecamente ligado à desumanização e à animalização desses sujeitos, privando-os de sua capacidade de serem reconhecidos como seres humanos plenos. A análise de Souza (1983) ressalta a constante comparação do negro com a natureza, uma estratégia que historicamente serviu para justificar a escravização e a exploração dos corpos negros ao longo dos séculos.

Ao relegar o negro a uma posição de inferioridade e subalternidade, o epistemicídio não apenas marginaliza sua voz e sua contribuição para a produção de conhecimento, mas também perpetua um ciclo de exclusão e opressão que se reflete em todas as esferas da vida social. Butler

(2019) destaca como essa marginalização se traduz em precariedade em diversos aspectos, desde as condições financeiras até o acesso à saúde, moradia, trabalho e educação, entre outros.

A precariedade vivenciada pelas comunidades negras não é simplesmente uma questão de falta de recursos; é uma consequência direta das estruturas de poder que historicamente as excluíram e as subjugaram. Nesse contexto, o epistemicídio emerge como uma ferramenta essencial para a manutenção dessas estruturas, pois nega aos negros não apenas a capacidade de serem reconhecidos como sujeitos de conhecimento legítimo, mas também como seres humanos plenos, dotados de racionalidade e dignidade.

O processo de epistemicídio começa desde cedo, na escola, onde os sistemas de representação estabelecem uma lógica de homogeneidade social que introjeta nos indivíduos a ideia de que apenas determinados tipos de conhecimento são válidos e legítimos. Como observado por Nogueira (2021), essa lógica de homogeneidade é fundamental para o processo de socialização dos indivíduos e para a manutenção da estabilidade do sistema social, pois ela cria uma ilusão de coesão e ordem que mascara as desigualdades e injustiças subjacentes.

A subjetividade, como construção social e histórica, é moldada dentro dessas relações de poder, refletindo e reproduzindo as hierarquias e opressões presentes na sociedade (Guattari & Rolnik, 1996). O epistemicídio, portanto, não é apenas uma questão de acesso ao conhecimento; é uma questão de reconhecimento e validação da humanidade e dignidade dos corpos negros. Enquanto essa violência epistêmica persistir, a luta pela justiça e igualdade continuará sendo uma batalha árdua e constante.

O CASO FRANCISCO

Francisco é um homem cisgênero, negro, bissexual, que nasceu em Alagoas e cresceu em um ambiente rural. Ele enfrentou desafios para obter educação, contando com transportes improvisados para frequentar a escola. Determinado a buscar novas oportunidades, deixou sua família e se mudou para outra cidade, onde foi para cursar Licenciatura em História em uma universidade pública. Lá, enfrentou dificuldades de adaptação devido aos conflitos entre seus modos de vida e sua existência naquele espaço. A sua fala expressa uma situação de desequilíbrio entre ele, sua realidade e o saber da universidade:

Algo que nos faz... querer desistir diariamente. Não vemos os nossos sendo citados, vemos o povo preto sendo citado apenas em história afro-brasileira e na

educação para as relações étnico-raciais, que eu ainda não paguei. Dentro da universidade, principalmente no curso de história, eu estudei apenas em cultura afro-brasileira. Eu tive “Brasil 1” e não é tratado os negros, e quando se é tratado, é superficialmente... então eu vejo o curso de História hoje, como um curso pra branco estudar e não para nós, enquanto corpos negros. Alí nega a nossa identidade, nega nossa ancestralidade e nega nossa memória na construção desse país, então não é nem só na construção desse país mas numa história pautada na negação dos nossos corpos (FRANCISCO, 2023)

Ao falar sobre as suas experiências no ensino superior ele busca expressar sua frustração, revelando uma realidade marcada por constantes desafios e desencantos. Ele compartilha como a carência de estudos sobre a sua própria realidade enquanto uma pessoa preta causa um profundo impacto em sua autoestima e senso de pertencimento.

Dentro da universidade, mais especificamente no curso de História, Francisco relata uma experiência marcada pela limitação dos conteúdos abordados. Ele se depara com uma abordagem superficial da cultura afro-brasileira expressa em pontuais discussões em que os aspectos relacionados à história e à contribuição dos negros são negligenciados ou tratados de forma marginalizada.

Ao falar sobre o curso, Francisco espera um certo dever desse espaço de também se estruturar a partir do seu conhecimento para corpos como os seus, demonstra em sua fala uma certa raiva em como esse ambiente representa apenas saberes brancos. Nesse sentido, a narrativa histórica nega a existência, a ancestralidade e a memória da contribuição dos negros na construção do país, reforçando uma perspectiva que nega sua humanidade e importância na sociedade sanciona que vidas abjetas como a de Francisco são traçadas pela biopolítica como vidas precárias.

O epistemicídio (CARNEIRO, 2005) promovido pelo dispositivo da racialidade, como conceito, nos ajuda a enxergar como a ausência de saberes negros na universidade afetam a construção da subjetividade de Francisco. É necessário reconhecer o poder das narrativas e da representação na luta contra esse fenômeno de apagamento, Francisco está em um lugar onde agora ele finalmente pode falar, mas não há ninguém para lhe ouvir.

Eu considero, porque a gente trabalha dentro da história, vários conceitos de relações sociais, de identidade e tudo mais e eu não me sinto pertencente enquanto pessoa negra, porque não tem como se sentir pertencente de um discurso de um branco de um agrupamento que não é o meu, isso gera em nós, diversos gatilhos que nos perguntamos se aquele lugar é para nós estarmos

ocupando. Se os nossos são capazes de está ali, ou se nós somos só mais um para ser aniquilados, ou silen-silenciado. Então, esse silenciamento com os que fizeram antes de mim ele se perpetua comigo porque não me silencia a voz, mas faz com que eu não escute aqueles que são meus ancestrais, que vinheram antes de mim, as pessoas pretas que vinheram antes de mim. é algo que... que.. mu-muito me impacta sabe? E que acaba fazendo repensar se eu quero continuar com História, na verdade se eu quero trabalhar com educação (FRANCISCO, 2023)

Francisco encontra-se em um constante movimento de territorialização da sua boca, ou seja, o poder se inscreve em um órgão e passa a sancionar o controle sobre o exercício da fala, invalidando-a, silenciando-a ou se negando a ouvir. Nessa perspectiva, os saberes dele como negro são negados pela branquitude surgida no contrato racial, como um pacto de não pertencimento negro (KILOMBA, 2019).

A Psicanalista Grada Kilomba (2019) nos mostra um funcionamento de sujeitos dissidentes na dinâmica do colonialismo biopolítico. Para ela, o sistema colonial promoveu um movimento de silenciamento em pessoas negras escravizadas, ocupando-se de um órgão muito específico para retratar a nível corporal a dinâmica de dominação. O uso da máscara censura um órgão historicamente negado: a boca. O direito à fala e a expressão por escravizados era nulo.

A boca é um órgão muito especial, ela simboliza a fala e a enunciação. No âmbito do racismo a boca torna-se o órgão da opressão por excelência, representa o órgão que os(as) brancos(as) querem - e precisam - controlar e, conseqüentemente o órgão que, historicamente, tem sido severamente repreendido" (KILOMBA, 2019, p. 12)

A máscara é um dispositivo de silenciamento do sujeito negro para que eles não pudessem falar aos colonizadores que estavam sendo explorados, nem consumissem a comida que não lhes era sua por direito. A máscara exerce controle, deixa o órgão "boca" com novas funções e significância, sendo usurpada da função anterior. A boca é territorializada e tomada como uma parte do organismo ordenada para não falar nem comer.

O ouvido do colonizador, ou seja do sujeito hegemônico, é territorializado de tal ponto que não há possibilidade de ouvir. Kilomba (2019) afirma como esse dispositivo foi eficaz em um movimento de negação a nível corpo. A atribuição de uma parte negada pelo colonizador ao sujeito preto, a negação da sua forma brutal, violenta e animalesca. A máscara é um dispositivo para controlar e territorializar o corpo, atribuindo sobre estes sujeitos uma narrativa pré-delimitada.

É importante explorar como as dimensões emocionais e psicológicas presentes no discurso de Francisco, especialmente em relação à sua identidade racial e ao racismo estrutural. Ao expressar sua sensação de não pertencimento como pessoa negra, Francisco revela um conflito interno gerado pelo discurso dominante que muitas vezes é elaborado por indivíduos brancos, pertencentes a um grupo social que não é o seu. Essa rejeição de seu corpo em espaços gera em Francisco uma série de desdobramentos em sua vivência (KILOMBA, 2019).

Esses desdobramentos nos remetem a uma cena colonial, onde a construção de uma gramática de poder centraliza corpos negros na linguagem do colonizador, esvaziando parte de sua cultura, ritos, costumes e tradições africanas. Quando o sujeito se depara com situações que evocam memórias de discriminação, exclusão ou opressão (KILOMBA, 2019), o racismo estrutural atua como um fator desencadeante dessas emoções, frequentemente marcadas por sentimentos de inadequação, questionamentos sobre seu lugar e validação de sua presença.

Essa lembrança não leva Francisco de volta à sua infância, mas sim a um encontro com sua ancestralidade e as memórias constantes de seu povo dentro dos sistemas de exploração colonial. Automaticamente, ele se conecta às formas pelas quais a gramática do poder escreve seu passado e afeta sua experiência, sendo o cerne da construção de sua subjetividade.

Esses gatilhos são respondidos pelos mecanismos de defesa do ego (FREUD, 1996), que agem como uma organização contra um sintoma que desarranja a psique comum: "todos os métodos possíveis para agregá-los a si de uma maneira ou de outra, e para incorporá-los em sua organização por meio desses vínculos" (Freud, 1996, p. 102). Especialmente o mecanismo de negação em relação aos lugares ocupados em relação ao que já foi conquistado por esse sujeito preto, negando seus percursos e internalizando a voz do outro sobre a falta de merecimento das ocupações dos espaços.

A construção de sua subjetividade leva em conta o mecanismo de introjeção da projeção do sujeito branco no sujeito negro, sendo a relação de projeção uma forma de proteção do "ego" desse homem universal. Esse "ego" imobilista é um fator limitante da experiência de sujeitos dissidentes, visto que a construção social do "ego" baseia-se em uma série de expectativas culturais que conservam as relações de poder e trancafiam o sujeito em uma sociedade do "eu",

ou seja, uma sociedade que baseia-se em um funcionamento centrado no homem universal, o eu universal.

Assim, o controle das narrativas por parte do sujeito colonial branco molda a representação de Francisco, impondo sua gramática de poder e governança sobre esses corpos. Isso territorializa a voz de Francisco, determinando o que e como ele deve expressar seu passado no contexto histórico. A constante vivência dessas experiências tem um impacto profundo na construção da identidade de Francisco. O racismo, ao negar a pertença e a valorização dos corpos negros, cria um ambiente hostil e alienante, minando sua autoestima e senso de identidade racial, levando-o à "zona do não-ser", como descrito por Fanon (2008), onde os sujeitos brancos fixam os sujeitos pretos através de seu olhar, forçando-os a adotarem uma máscara branca para se adequarem à colonialidade.

Essa reflexão o leva a questionar sua própria trajetória na área da história e da educação. Francisco enfrenta o dilema de continuar nesse campo, dada a persistente negação de sua identidade e ancestralidade. Isso revela uma tensão entre sua vontade de se afirmar e a necessidade de resistir às forças opressivas do sistema que o marginaliza. A decisão de Francisco de prosseguir ou não com seus estudos em história e educação deve ser compreendida como uma escolha política enraizada em diversos processos.

O sujeito é moldado por uma variedade de influências e pressões que moldam sua consciência e alimentam seus desejos. O dilema apresentado entre desistir ou continuar no curso de História representa um desejo dividido que demonstra sua resistência e a ruptura com o desejo do sistema em aniquilar seu corpo. Esse dilema existencial não se desenrola em um plano puramente físico, mas dentro das construções simbólicas da permanência ou evasão, representando uma forma figurada de confronto com a própria morte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre o epistemicídio na universidade nos convida a repensar profundamente as estruturas e práticas acadêmicas que perpetuam a exclusão e marginalização de saberes dissidentes. À medida que mergulhamos nas narrativas de indivíduos como Francisco, cuja jornada ilustra os desafios enfrentados por pessoas negras na academia, somos confrontados com a urgência de transformar essas realidades.

É imperativo reconhecer que o conhecimento não é neutro, mas moldado pelas relações de poder existentes na sociedade. A universidade, como espaço hegemônico de produção de conhecimento, tem o dever ético e moral de ampliar suas fronteiras epistêmicas, incorporando perspectivas diversas e valorizando saberes historicamente marginalizados.

Nesse sentido, a luta contra o epistemicídio não se limita apenas à academia, mas abrange toda a sociedade. Requer um compromisso coletivo de dismantelar as estruturas de poder que perpetuam a exclusão e promover uma cultura de inclusão e equidade.

É fundamental que os indivíduos e instituições reconheçam sua responsabilidade na construção de um ambiente acadêmico verdadeiramente diverso e inclusivo. Isso implica em revisitar currículos, práticas pedagógicas e políticas institucionais, buscando incorporar uma variedade de perspectivas e promover o diálogo intercultural.

Ao final, a luta contra o epistemicídio na universidade é uma luta por justiça social e pela valorização da diversidade como um imperativo ético. Somente através do reconhecimento e respeito pela multiplicidade de vozes e experiências podemos aspirar a construir um espaço acadêmico verdadeiramente democrático e transformador.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Cida. **Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **Dispositivo de Racialidade: A Construção do Outro como não-se com Fundamento no Ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CERTEAU, M. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **O Anti-Édipo**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.
- DELGADO, L. A. N. **História oral e narrativa: tempo, memória e identidades**. *História Oral*, 2009, nº 6. <https://doi.org/10.51880/ho.v6i0.62>
- FANON, Frantz. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. – Salvador: EDUFBA, 2008
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. 10ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- _____. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FREUD, S. O ego e o id. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XIX.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo.** Petrópolis: Vozes, 1996.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna.** São Paulo: José Olympio, 2002.

LE GOFF, J. **História e Memória.** São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.

MILLS, Charles W. **O Contrato Racial.** Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

NASCIMENTO, Beatriz do. **Uma história escrita por mãos negras.** Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NOGUEIRA, I. B. **A Cor do Inconsciente: Significações do corpo negro.** São Paulo: Perspectiva, 2021.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Another knowledge is possible: beyond Northern epistemologies.** London: Verso, 2007.

SILVA, G. O. U. **GIORNO E NOTTE: VIVÊNCIAS DE UM IMIGRANTE ITALIANO E MACEIÓ - AL (2016-1991).** Orientadora: Lídia Baumgarten. 2020. 132f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2020. Disponível em: <https://ichca.ufal.br/pt-br/pos-graduacao/mestrado-em-historia/documentos-1/banco-de-dissertacao/turma-2018/giorno-e-notte-geovanne-otavio-ursulino-final.pdf/view>. Acesso em: 07 de out. de 2022.

SODRÉ, M. **A verdade seduzida: por um conceito de cultura no Brasil.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Zahar, 1983.